

O ano de 2021 termina com alterações importantes em alguns dos conselhos que têm professores ou professoras na sua composição. O CACS (Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb) fi-

nalmente será reinstalado, porém, isso acontecerá através de lei complementar proposta pelo GDF, que desconsiderou padrões propostos pelo próprio conselho. Já o Conad (Conselho de Administração do IPREV) tem novos presidente e vice-presidente.

LEIA O BOLETIM NA ÍNTEGRA PARA SABER QUAIS TÊM SIDO AS PRINCIPAIS PAUTAS NESSES E NOS DEMAIS CONSELHOS DO DF EM QUE PROFESSORES(AS) ATUAM. BOA LEITURA!

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS)

Representantes a serem indicados pela CNTE

Dia 17 de novembro foi publicada no Diário Oficial do DF a Lei Complementar nº 990, que reinstitui o Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS) do Fundeb-DF. A lei federal do Fundeb (Lei 11.113/20) foi sancionada em dezembro de 2020, e estabelecia prazo de até março de 2021 para a instauração dos conselhos nos estados, municípios e Distrito Federal.

O próprio CACS-DF, antes de sua dissolução, elaborou uma proposta de minuta para seu restabelecimento. Porém, a proposta foi ignorada pelo governo, que apresentou outro projeto à Câmara Legislativa. No projeto aprovado, proposições do CACS como a inclusão do Sinpro-DF e do SAE na composição, não foram contempladas. Hoje, os trabalhadores em Educação têm

apenas uma representação no conselho, que é indicada pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

A primeira reunião do novo CACS deve acontecer somente em 2022.

Conselho dos Direitos da Mulher (CDM)

Representantes: Thaís Magalhães (titular) e Vilmara Carmo (suplente)

Ao longo de 2021, a representação das mulheres trabalhadoras no Conselho dos Direitos da Mulher do DF procurou cumprir sua função de fiscalização das ações do poder público, tarefa bastante dificultada pela falta de transparência nos orçamentos e na coleta de dados. Outra dificuldade é o fato de as reuniões serem realizadas durante o horário comercial, inviabilizando a participação de algumas integrantes.

Em agosto, a Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT lançou o Informativo do Conselho de Mulheres, prestando contas da atuação da entidade no espaço e buscando socializar os debates feitos no âmbito do conselho. O informativo está disponível no site do Sinpro, [clique AQUI para acessar](#).

A principal crítica das conselheiras da sociedade civil no CDM à atuação do governo é a inoperância. Poucas políticas são desenvolvidas, quase nenhuma atinge as mulheres das periferias e não há medição de impactos para que se conheça sua eficácia. Não há nenhuma indicação, por exemplo, de que as oficinas de empreendedorismo realizadas, tenham inserido mulheres no mercado de trabalho.

As ações de combate à violência encontram-se estagnadas, prejudicadas pela falta de orçamento e de pessoal, e campanhas aprovadas pela Câmara Legislativa, como a da dignidade menstrual, não foram implementadas por falta de planejamento e de diálogo entre as secretarias do governo.

Conselho de Administração do IPREV (Conad)

Representantes: Cléber Soares e Mônica Caldeira (suplentes)

O Conad fecha o ano com mudança importante na sua constituição. Ana Paula Cardoso da Silva, representante da Secretaria de Economia, deixa a presidência do conselho, e assume, em seu lugar, o servidor Rogério Oliveira Anderson, que compõe o Conad por indicação do SindProc-DF (Sindicato dos Procuradores do Distrito Federal). O novo vice-presidente é Paulo Cavalcanti de Oliveira, representante do Tribunal de Contas do DF.

A eleição de presidente e vice se dá internamente, pelos membros titulares do Conad, e o mandato tem duração de três anos.

Conselho de Educação

Representante: Alberto Ribeiro

O Conselho de Educação lançou o FAQ ("Frequently Asked Questions", ou seja, perguntas frequentes). A publicação procura responder, em linguagem acessível e objetiva, questionamentos recorrentes de órgãos e de instituições educacionais relativos à resolução nº 02/2020 do Conselho, que estabelece normas e diretrizes para a educação básica no sistema de ensino do Distrito Federal. A publicação também trata de temas abordados por outros normativos do CEDE.

O FAQ foi elaborado pela assessoria técnico-pedagógica do Conselho de Educação e visa a servir como instrumento de orientação e diálogo com a sociedade do DF. O documento, assim como a resolução 02/2020, pode ser encontrado no site do Sinpro, [clique AQUI para acessar](#).

Conselho de Alimentação Escolar (CAE)

Representantes: Ricardo Gama (titular) e Samuel Fernandes (suplente)

O CAE vem monitorando a oferta da merenda desde o retorno presencial parcial dos estudantes às escolas. Conforme vimos na última edição do Boletim Bom Conselho, o CAE já apontava a falta de alguns itens nas escolas, o que as obrigou a adaptar o cardápio para trabalhar somente com aqueles de que dispunha.

Nesse sentido, em diversos casos, gestores(as) chegaram a comprar por conta própria sal, açúcar, temperos e outros produtos, para não interromper a produção das merendas. O problema identificado pelo conselho foi a falta de planejamento da Secretaria de Educação, em especial, no momento em que determinou o retorno 100% presencial dos estudantes, sem superar as dificuldades na distribuição de itens para atender a 100% deles. Tal problema não deveria acontecer, afinal, há verba rubricada para isso.

Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal (Coddede)

Representante: Carlos Maciel

Em sua última reunião no ano, o Coddede-DF debateu temas de muita importância. Um desses temas se refere à inclusão e ao acolhimento das pessoas com deficiência nos concursos públicos e processos seletivos no âmbito do GDF. O professor Carlos Maciel, diretor do Sinpro e indicado pela CUT para compor o conselho, questionou a Secretaria de Educação sobre os critérios de seleção para professores(as) temporários(as), defendendo a adoção da avaliação biopsicossocial e a garantia dos princípios contidos na Lei Brasileira de Inclusão.

A avaliação biopsicossocial precisa ser regulamentada e representará um grande avanço para as pessoas com deficiência, superando o capacitismo e os critérios exclusivamente médicos de análise. Esse recorte tem sido importante, por exemplo, nos debates acerca da nova universidade distrital.

O conselho também discutiu a realidade do atendimento e da prioridade das pessoas com deficiência pela Secretaria de Saúde do GDF. Há alguns problemas relatados nessa área, e da importância de se garantir a acessibilidade. Vale lembrar que a atuação firme do Coddede conseguiu assegurar a prioridade das pessoas com deficiência no processo de vacinação contra a Covid-19 no DF.

